



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CAMPUS III GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**Linha de Pesquisa
Geografia, Território e Territorialidade**

William dos Santos Silva

**FRAGMENTOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA PARAIBANA:
Assentamento Maria Menina como território de identidade e de
esperança – Alagoa Grande/PB**

**GUARABIRA – PB
NOVEMBRO/2011**

William dos Santos Silva

**FRAGMENTOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA PARAIBANA:
Assentamento Maria Menina como território de identidade e de
esperança – Alagoa Grande/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Campus III Guarabira, na forma de Artigo Científico e como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientador: professor. Dr. Belarmino Mariano Neto.

**GUARABIRA – PB
NOVEMBRO/2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S586f

Silva, William dos Santos

Fragmentos da geografia agrária paraibana: assentamento Maria Menina como território de identidade e de esperança – Alagoa Grande-PB / William dos Santos Silva. – Guarabira: UEPB, 2011.

25f.

Artigo - Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto”.

- | | |
|-----------------------|-----------------------|
| 1. Reforma Agrária | 2. Assentamento Rural |
| 3. Alagoa Grande – PB | I.Título. |

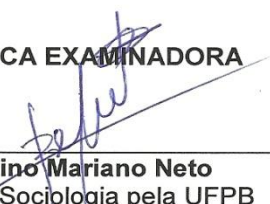
22.ed 333.335

WILLIAM DOS SANTOS SILVA

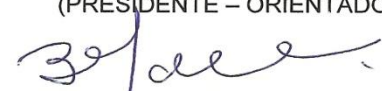
**FRAGMENTOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA PARAIBANA:
Assentamento Maria Menina como território de identidade e de
esperança – Alagoa Grande/PB
(ARTIGO CIENTÍFICO)**

APROVADO EM 28 / 11 / 2011

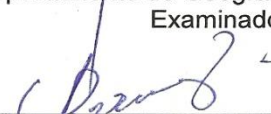
BANCA EXAMINADORA



Belarmino Mariano Neto
Doutor em Sociologia pela UFPB
Professor do Departamento de História e Geografia da UEPB – Campus III
(PRESIDENTE – ORIENTADOR)



Prof. Ms. Carlos Antônio Belarmino Alves
Mestre em Educação Ciência e Tecnologia pela Lusofona/Lisboa-PT
Departamento de Geografia UEPB/DG/CH
Examinador



Prof. Esp. Antônio Sérgio Ribeiro de Souza
Especialista em Análise Ambiental da Paraíba (UEPB/CH/DHG)
Examinador

**GUARABIRA – PB
NOVEMBRO/2011**

**Aos explorados e esperançosos
que constituem uma unidade de
luta contra as oligarquias rurais da
Paraíba e do Brasil.**

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus pela força nos momentos de dificuldade em toda minha vida.

Agradeço especialmente a minha família, a minha mãe Maria dos Santos Silva e a meu pai Antonio Assis da Silva, pela força e empenho em minha vida. Aos meus irmãos e irmãs pelo conviver e apoio em minhas ações. A minha primeira sobrinha Elizabeth que me deu muita alegria nos momentos de stress.

Aos professores da Universidade responsáveis por parte significativa de minha formação acadêmica: A Belarmino, Carlos Belarmino, Sergio Ribeiro, Luciene, Santana, Robson, Gilvan, Paulo Lima, Ana Glória, Fábio Dantas, Regina Celly, Edvaldo Lima, Amanda, pois em muito contribuíram com essa formação acadêmica.

Aos funcionários da UEPB em geral pela assistência prestada. Aos que compõe a coordenação de Geografia: Tânia, Josenilton, João Andrade e Amarildo, pois sempre contribuíram com minha estadia na UEPB.

Agradecer ao governo do Estado e ao povo paraibano pela contribuição financeira em impostos que tornam possível a existência da UEPB e do ensino superior em nível estadual.

A todos os meus amigos do curso de Geografia Talis, João Paulo, Suziane, Juliene, Tamires, clemilson, Leandro Paiva, Sueliton(o louco), Leomar Costa(companheiro de luta), Alessandra(japinha), Geisa, Luisa, Bruno, Julia e André e todos os que não lembrei nesse momento de aperto pelos prazos de defesa.

A todos os participantes dos trabalhos de campo que fizemos durante os quatro anos em que estive nesta instituição.

Ao programa de Iniciação científica pela oportunidade participar por dois anos como colaborador - fato que contribuiu muito para minha formação na pesquisa.

Agradeço também aos membros dos movimentos sociais, assentados, agricultores, A CPT Guarabira: Zilma, Betinha, Maria, Ivanir, Severino, Pe. Luiz.

Agradecer em especial aos membros da banca examinadora professores Belarmino pelo árduo trabalho de orientação e aos professores Carlos Belarmino e Sergio Ribeiro, pelas criticas construtivas no desenrolar do artigo.

043 – Licenciatura Plena em Geografia

TÍTULO:FRAGMENTOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA PARAIBANA: Assentamento Maria Menina como território de identidade e de esperança – Alagoa Grande/PB

LINHA DE PESQUISA: Geografia, Território e Territorialidade

AUTOR: William dos Santos Silva.

BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADOR: Prof^o. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

EXAMINADORES: Prof. Ms. Carlos Antônio Belarmino Alves (UEPB/CH/DG)
Prof. Esp. Antônio Sérgio Ribeira Souza (UEPB/CH/DG)

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi analisar a constituição do Assentamento Maria Menina institucionalmente definido como Projeto de Assentamento Alagoa Nova, localizado no limite entre os municípios de Alagoa Grande e Mulungu-PB. A base territorial do Assentamento Maria Menina é a bacia hidrográfica do rio Mamanguape, área que esteve sob o domínio das oligarquias rurais que exploravam a terra com a cotonicultura, com a pecuária e na várzea do rio a cana-de-açúcar. Esse artigo é em parte fruto de um projeto bem mais amplo sobre a luta e a permanência na terra no Agreste/Brejo paraibano no recorte temporal de 1996 a 2010 como elementos de construção do que se entende como “Territórios de Esperança”. Essa abordagem teórica veio de Moreira (2009), enquanto base para entendermos as questões agrárias em escala local, estadual, regional e nacional. Nesse sentido, o território é a categoria geográfica de análise escolhida, pois na interface com a geografia marxista aponta para as contradições de classes, em que os proletários, e no caso em tela, os camponeses, lutaram contra a dominação econômica, político-cultural e jurídica da região estudada, obtendo êxito e conquistando um quinhão de terra, que passou a representar a autonomia para o trabalho e para a permanência na terra, até certo ponto, livre das amarras das oligarquias locais. O trabalho foi direcionado segundo o paradigma indiciário e rastreamento das áreas de tensão, conflitos e resistência dos camponeses. Os indícios para a pesquisa documental foram os arquivos do INCRA Paraíba, Arquivos da CPT, acompanhamento de reuniões e encontros dos camponeses, pesquisa em Jornais, revistas e outros informativos dos movimentos sociais no campo ou de organismo do Estado. Também foi feita uma pesquisa bibliográfica e entrevistas com os assentados. A pesquisa demonstrou que a luta pela terra e a conquista territorial da mesma, representa um centelha de esperança em dias melhores para os homens e mulheres que vivem e trabalham no campo.

Palavras chave: Territórios de esperança; reforma agrária; assentamento rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 METODOLOGIA ADEQUADA AO PROCESSO DE PESQUISA.....	11
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
3.1 A questão agrária na Paraíba e seu contexto territorial.....	15
4 ASSENTAMENTO MARIA MENINA: UM TERRITORIO DE IDENTIDADE E DE ESPERANÇA.....	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
6-REFERÊNCIAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

De forma objetiva, com a pesquisa foi possível o resgate de parte das histórias de luta pela terra e pela sobrevivência na terra no Agreste da Paraíba entre 1996 e 2009, na busca da construção de “território(s) de esperança”, visando contribuir com a produção de um conhecimento voltado tanto para subsidiar estudos, sobretudo, para fortalecer a luta de homens e mulheres, jovens e crianças camponesas paraibanas.

Esse artigo em parte, respeitou na visão dos camponeses através da recuperação dos seus próprios relatos como viram as suas lutas, de seus sofrimentos, de suas vitórias e de suas esperanças/desesperanças. Para tanto, o estudo se apoiou em amplo levantamento documental, de notícias de jornal, de dados secundários dos vários assentamentos e acampamentos existentes no Agreste da Paraíba.

O estudo é parte de uma pesquisa mais ampla, sobre a questão agrária na Paraíba nas três últimas décadas, entre o final do século XX e início do século XXI, desenvolvida pelos professores Belarmino Mariano Neto da UEPB (Orientador) e a Professora Emília de Rodat Fernandes Moreira da UFPB. A esta pesquisa os autores estão desenvolvendo uma nova teoria acerca da ideia de “territórios de esperança” a partir dos assentamentos e acampamentos camponeses em solo paraibano.

Na Paraíba, foram registrados entre 1970 e o início de 1996, mais de 200 conflitos de terra,¹ distribuídos em 57 municípios. Eles abrangeram mais de cem mil hectares (quase 10% da área utilizada com lavouras em 1980) e envolveram mais de oito mil famílias (cerca de quarenta mil pessoas). Concentraram-se basicamente na Zona da Mata e no Agreste (mais de 90,0% do total). Aí também se encontrava o maior número de famílias envolvidas nos conflitos pela posse da terra (MOREIRA e TARGINO, 1997).

No Agreste, as áreas de maior ocorrência dos conflitos corresponderam tanto às de expansão da cana-de-açúcar como da pecuária. No Sertão, eles se

¹Aqui se incluem as áreas objeto de denúncias e aquelas cujo conflito teve um desfecho favorável ou não para a classe trabalhadora.

desenvolveram basicamente nas áreas de perímetro irrigado. Nessas áreas a luta pela terra se confunde com a luta pelo acesso à água no entorno das barragens (MOREIRA e TARGINO, 1997; MOREIRA, 1997).

Os dados relativos aos conflitos de terra na Paraíba têm sido divulgados pela CPT a partir de 1997. Segundo estes dados, entre 1997 e 2003, 83 conflitos de terra tiveram lugar no Estado, dos quais apenas 16, localizaram-se na região semi-árida². Nesse mesmo período foram implementados 105 Projetos de Assentamentos (INCRA, 2006).

O conflito na área que deu origem ao Assentamento Maria Menina, segundo relato dos camponeses pesquisados, foi marcado por violento embate entre os camponeses e latifundiários locais, ocorrendo justamente entre os anos de 1992 e se consolidando a desapropriação da terra e dezembro de 1997, ocorrendo a instalação do Projeto de Assentamento Alagoa Nova (Assentamento Maria Menina).

Na pesquisa, foi feita a opção em usar o nome do Assentamento Maria Menina, em respeito à identidade construída pelos camponeses que estiveram a frete da luta pela conquista da terra. Esse nome foi uma decisão da comunidade, em respeito à fé e a ideia de proteção que a Santa Maria Menina deu aos camponeses e suas famílias.

Os estudos realizados sobre os assentamentos rurais no Estado até o momento evidenciam que a “luta pela terra” é mais ampla do que um simples acesso a um lote. Ela compreende também a luta pelas condições de trabalho e de vida na terra. O grau de dificuldade varia de caso a caso a depender de uma série de fatores tais como: a) a origem do assentamento; b) a assistência técnica; c) os canais de comercialização. d) o processo de gestão dos assentamentos. Pode-se citar ainda como dificuldades a serem superadas pelos assentamentos: o baixo grau de capitalização inicial; a permanência de uma visão assistencialista por parte dos trabalhadores; a persistência de uma agricultura com baixo índice de diversificação e de incorporação tecnológica, etc. (MOREIRA, 2007).

² Cf. <http://www.cptnac.com.br/>. É importante destacar que no Agreste existem vários assentamentos nas áreas tipicamente de Semi-árido.

2. METODOLOGIA ADEQUADA AO PROCESSO DE PESQUISA

A pesquisa versou sobre a questão agrária na Paraíba em torno do Assentamento Maria Menina na perspectiva de análise em que considerou-se: os impactos da criação do assentamento e o diagnóstico sócio-econômico do mesmo. Nesse sentido vale destacar a pesquisa sobre qualidade de vida dos assentados.

Com a pesquisa foi possível aprofundar a discussão teórica e metodológica sobre território e sobre a noção aqui apresentada de “território(s) de esperança” de modo fundamentar o trabalho proposto, trabalho que foi sendo feita pelo nosso grupo de estudos e de pesquisas;

Como base na pesquisa mais ampla foi possível mapear os assentamentos existentes no Agreste da Paraíba e nesse campo a inclusão, segundo os municípios e as microrregiões do Agreste no contexto da Paraíba, sendo identificado o Assentamento Maria Menina como o número cinco (05) da base cartográfica do INCRA-PB, 2006.

Com a pesquisa foi possível relatar as histórias dos conflitos de terra eclodidos na Paraíba no período de estudo a partir da recuperação das formas de organização da produção e do trabalho anteriores à sua eclosão. Também se conseguiu identificar os fatores responsáveis pela eclosão dos conflitos de terra da área estudada.

A partir dos resultados e discussões foi possível levantar, descrever e analisar as formas singulares de organização social no assentamento Maria Menina e contribuir com a construção de um banco de dados sobre os conflitos de terra no Agreste da Paraíba, levando em conta o tipo de conflito, as categorias de trabalhadores envolvidas, a área do conflito, a distribuição espacial dos conflitos, as formas e ações de violência identificadas durante o conflito, a identificação dos mediadores/aliados, as formas de atuação do Estado e da classe patronal, entre outros.

O trabalho foi direcionado segundo o paradigma indiciário e rastreamento das áreas de tensão, conflitos e resistência dos camponeses. Os indícios para a pesquisa documental foram os arquivos do INCRA Paraíba, Arquivos da CPT, acompanhamento de reuniões e encontros dos camponeses, romarias da terra e

pesquisa em Jornais, revistas e outros informativos dos movimentos sociais no campo ou de organismo do Estado. Uma série de procedimentos e técnicas de investigação foram utilizadas, quais sejam:

a) levantamento bibliográfico;

b) levantamento documental;

c) construção de um banco de dados para abrigar:

-informações sobre o Assentamento Maria Menina levando em consideração o número de famílias assentadas, a área ocupada pelo assentamento, a data da criação do assentamento, a origem do assentamento, as formas dominantes de organização da produção e do trabalho, a presença de plantio agrícola e criação de animais.

d) pesquisa de campo - A pesquisa de campo foi realizada em áreas do assentamento prévia e intencionalmente escolhida. Ela teve como meta:

- o resgate da história oral do conflito a partir da realização de entrevistas com os atores sociais envolvidos (trabalhadores, representantes dos movimentos sociais);
- a identificação das formas de organização econômica, social e política dos assentados a partir do levantamento das informações através de entrevistas, bem como o levantamento das perspectivas de futuro dos trabalhadores durante o conflito e depois da instalação do assentamento;

e) a sistematização das informações obtidas - Todas as informações obtidas foram organizadas de forma cronológica e estruturadas de modo a possibilitar a recuperação das formas de organização da produção e do trabalho anteriores ao conflito, dos fatores responsáveis pela eclosão do conflito e a história do mesmo, da forma inicial e atual de organização sócio-econômica, política e cultural dos assentados;

f) a documentação fotográfica - A documentação fotográfica foi realizada ou levantada para servir como elemento ilustrativo do estudo efetuado, demonstrando a estrutura do Assentamento Maria Menina.

3. REVISÃO DE LITERATURA

O assentamento enquanto território constituído pela luta dos camponeses contra as forças oligárquicas é fruto de tensões e conflitos diretos, marcam a mudança do mundo, mesmo que em pequenas proporções. O estudo proposto, do resgate da luta pela terra e sobrevivência sobre ela no Estado da Paraíba, pauta-se na idéia de que esta é uma luta pela construção de “território(s) de esperança”, tendo como estudo de caso o Assentamento Maria Menina é na perspectiva de Santos (1980, p. 163) “um espaço socialmente produzido”.

Santos (1996, p. 71) apresenta argumentos que casam com assentamento como “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais. Assim, o espaço geográfico e o espaço agrário como um dos seus segmentos, não constituem algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico.

A ideia geral de território que interessou nesse estudo, veio de Haesbaert (1997, p. 33), em três vertentes por ele consideradas como básicas: a jurídico-política; a cultural e a econômica. A abordagem jurídico-política, mais tradicionalmente difundida, focaliza o território “a partir de sua natureza política vinculada às concepções de Estado e fronteira”. O conceito se aplica a situação de pesquisa, tanto na perspectiva política quanto na perspectiva jurídica o Assentamento historicamente, é palco de conflitos que se consolidou em um território camponês.

Para Haesbaert (1997, p. 39) a abordagem cultural de território é aquela que prioriza a identidade espacial como produto de uma apropriação da dimensão simbólica e mais subjetiva do espaço, assim “como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço”. A ideia do autor corrobora com a pesquisa, pois o Projeto de Assentamento Alagoa Nova não pode ser tratado não apenas como território, mas também como lugar, em que os camponeses criaram uma identidade própria, ao ponto de mesmo tendo o

reconhecimento e a legalização junto ao INCRA, os assentados preferem continuar chamando de Assentamento Maria Menina, representação que veio desde o conflito e da luta pela conquista do mesmo.

Raffestin (1993) distingue “territórios concretos” de “territórios abstratos” ao diferenciar espaço de território. O espaço seria “a realidade material preexistente” e o território o produto de uma ação social de apropriação do espaço que se dá tanto de forma concreta como abstrata (RAFFESTIN, 1993). Como tal, “se inscreve sempre num campo de poder não apenas no sentido de apropriação física, material (através das fronteiras jurídico-políticas, por exemplo), mas também imaterial, simbólica” (HAESBAERT, 1997: 40).

A citação se aplica completamente ao estudo, pois existe tanto a situação concreta da luta pela terra e sua conquista definitiva e complementando com a questão identitária local, permeada pela história e pela subjetividade do grupo.

Na Geografia Agrária brasileira Chiavenato (2004), apresentou importantes argumentos sobre a violência no campo e a Reforma Agrária, além de Oliveira (1995 e 2003), que também buscou em autores como Raffestin e Lefèvre bem como em Quaini, Chesnais, Lacoste, entre outros, a base sobre a qual assentou sua concepção de território. Para Oliveira, o território é concebido como:

“síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo-
do de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e
mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.)
em que o Estado desempenha a função de regulação” (OLIVEIRA,
2002, p.74).

Neste estudo, o território é entendido: a) como um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; b) como uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém se destaca pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos e; c) como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho.

Considerando Martinez (1987) e Martins (1991) foi possível a apreensão do território quando aplicada ao estudo da questão agrária permitiu, entre outros:

a) identificar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dos grupos de confronto na questão da terra: de um lado, os latifundiários e do outro os camponeses sejam eles produtores em pequenas propriedade ou trabalhadores sem terra;

b) identificar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dentro do próprio grupo oligárquico regional;

c) identificar formas simbólicas-subjetivas de apropriação do território;

c) dar visibilidade aos processos responsáveis pelos enfrentamentos e disputas por frações do território;

d) identificar os processos de territorialização, des-territorialização e/ou re-territorialização resultantes da luta entre capital e trabalho no campo.

Com base nesses pressupostos, se entendeu que o território construído e conquistado pela luta de resistência e de ocupação promovida pelos trabalhadores, com o apoio de movimentos sociais simboliza uma “ruptura” com a forma de organização social, econômica e política pré-existente.

Trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança. “Território de Esperança” e “Território de Solidariedade”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração.

3.1 A questão agrária na Paraíba e seu contexto territorial

De acordo com dados do IBGE (1995-1996), na Paraíba, são poucos aqueles que detêm a posse da terra: de 4 milhões de hectares aptos para o desenvolvimento da atividade agropecuária, 2,1 milhões (53%) estão nas mãos do latifúndio. Na verdade, o Estado brasileiro nunca se interessou em democratizar o acesso à terra. Ao contrário, através das políticas e programas agrícolas que desenvolve, contribui para viabilizar a dominação do capital no campo, abrindo os caminhos necessários

para a exploração da agricultura de modo capitalista em grandes unidades de produção.

Esse processo nem sempre ocorre de forma passiva. A ele, parcela significativa da população rural reage, dando origem aos conflitos agrários. O conflito surge então como uma forma de resistência do camponês à sua expropriação. Como bem o diz Martins (1991, p.31), “o nível de expropriação foi tão longe que acabou produzindo um fato político que é a resistência”.

Por outro lado, depois de expulsos, muitos trabalhadores, inconformados com as condições de vida encontradas nas periferias das cidades (pontas de rua e favelas), se reorganizam, buscam latifúndios improdutivos e os ocupa, o que deriva também em conflito.

Em outras palavras, o conflito de terra é fruto do choque de interesses entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro e, do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência da unidade familiar de produção (MOREIRA e TARGINO, 1997: 296).

De acordo com Moreira e Targino (1997), na Paraíba, foram registrados entre 1970 e o início de 1996, mais de 200 conflitos de terra,³ distribuídos em 57 municípios. Eles abrangeram mais de cem mil hectares (quase 10% da área utilizada com lavouras em 1980) e envolveram mais de oito mil famílias (cerca de quarenta mil pessoas). Concentraram-se basicamente na Zona da Mata e no Agreste (mais de 90,0% do total). Aí também se encontrava o maior número de famílias envolvidas nos conflitos pela posse da terra.

No Agreste, as áreas de maior ocorrência dos conflitos corresponderam tanto às de expansão da cana-de-açúcar como da pecuária. No Sertão, eles se desenvolveram basicamente nas áreas de perímetro irrigado. Nessas áreas a luta pela terra se confunde com a luta pelo acesso à água no entorno das barragens (MOREIRA e TARGINO, 1997; MOREIRA, 1997).

Na grande maioria dos conflitos identificados, a concretização da subordinação da exploração agropecuária à lógica capitalista se fez pela mudança nas formas de utilização do solo e nas relações sociais de produção.

³Aqui se incluem as áreas objeto de denúncias e aquelas cujo conflito teve um desfecho favorável ou não para a classe trabalhadora.

Os proprietários expulsam os moradores, arrendatários ou posseiros para plantar capim, cana-de-açúcar, abacaxi ou agave (FETAG, 1982:6).

Vale destacar o papel desempenhado pela Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, do Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira e das CEBs⁴, seja na condução da luta, seja na mediação dos interesses dos trabalhadores junto às diversas instâncias do Estado (órgãos de terra como INCRA e INTERPA, governos estadual e federal, justiça, etc.) (MOREIRA, 1997; MOREIRA e TARGINO, 1997).

Os dados relativos aos conflitos de terra na Paraíba têm sido divulgados pela CPT a partir de 1997. Segundo estes, entre 1997 e 2003, 83 conflitos de terra tiveram lugar no estado, dos quais apenas 16, localizaram-se na região semi-árida⁵. Nesse mesmo período foram implementados 105 Projetos de Assentamentos (INCRA, 2006).

Para Mariano Neto (2008), a expulsão do trabalhador do campo não significa apenas a perda de um meio de produção ou de sobrevivência, mas também, em muitos casos, a perda da identidade com lugar de origem.

No entanto, muitos ainda se reúnem e promovem reivindicações com a “esperança” de retornar ou de permanecer na terra, dando origem aos conflitos que são mediados e auxiliados por Sindicatos de trabalhadores rurais (STR), pela CPT ou pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Como afirma Mariano Neto (2006), muitos trabalhadores, depois de expulsos, inconformados com as condições de vida encontradas nas periferias das cidades (pontas de rua e favelas), se reorganizam, buscam latifúndios ou terras improdutivas e os ocupam, o que deriva também em conflito.

Este trabalho não teve a pretensão de estudar a dinâmica interna e/ou externa do Assentamento Maria Menina, mas descrever a história de luta que lhe deu origem, a forma atual de organização da produção e do trabalho na vida da população envolvida na luta pela conquista da terra e pela sobrevivência na terra que fez do Maria Menina um “território de esperança”.

⁴ A ação do MST na Paraíba tem início em 1990, porém até 1995, ela era ainda muito tímida.

⁵ Cf. htt

<http://www.cptnac.com.br/>

4. ASSENTAMENTO MARIA MENINA: UM TERRITÓRIO DE IDENTIDADE E DE ESPERANÇA

Este capítulo foi construído com base na pesquisa empírica e em entrevistas com os camponeses do Assentamento Maria Menina só foram utilizados nomes de pessoas que constam em documentos oficiais a exemplos dos ex-proprietários da terra que gerou o Assentamento Maria Menina que na visão de Moreira e Targino (2007) é considerado um “Território de Esperança”, pois mesmo diante do processo de exploração e domínio dos grandes latifúndios foi possível, pela luta e pela resistência construir com base na utopia, na esperança e na solidariedade, um novo território, essa conquista representa um indicador da superação daquilo que antes era um território de exploração e passa a fazer parte da história dos assentados, que esperançosos por dias melhores conseguiram resistir e marcar de forma efetiva seu próprio território.

O Assentamento Maria Menina localiza-se no município de Alagoa Grande-PB que está inserida na Mesorregião do Agreste paraibano e na Microrregião do Brejo Paraibano, mas por aproximação possui uma maior relação geográfica com o município de Mulungu sendo assim sempre confundido a sua localização como pertencente a esse município. De acordo com a pesquisa geral sobre os territórios de esperança, em uma cartografia produzida a partir de dados do INCRA é possível localizar o Assentamento Maria Menina representado pelo número 05, identificado como P.A. Alagoa Nova sendo esse seu nome oficial (Figura 1):

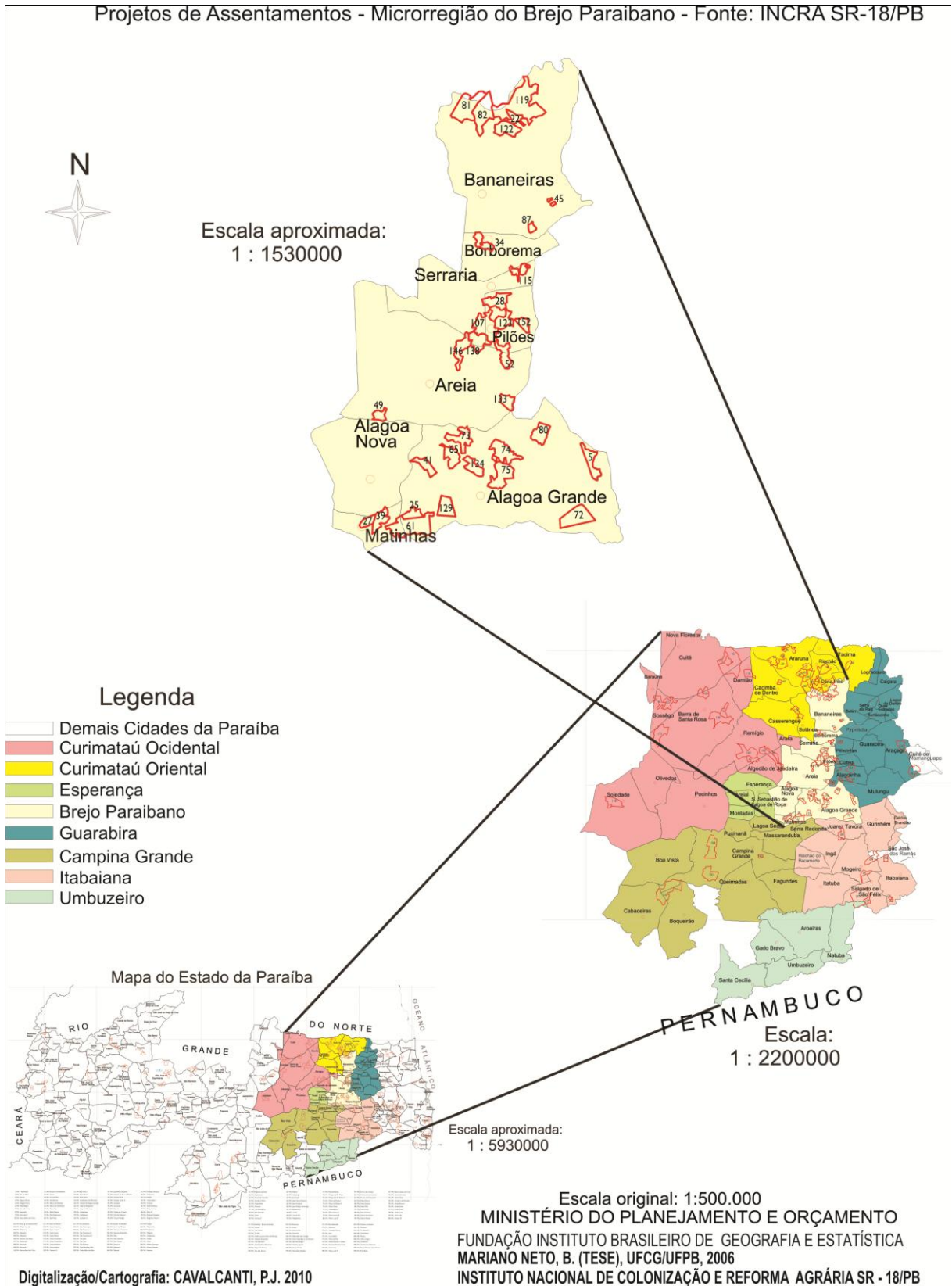


Figura 1 – Projetos de Assentamentos no Agreste paraibano com destaque para o P. A. Alagoa Nova (N. 05), ou Assentamento Maria Menina, no Brejo da Paraíba. Fonte: Mariano Neto, 2008,

A luta e o conflito gerados em torno do Assentamento Maria Menina começaram no município de Mulungu, na Fazenda Gomes e se estendeu para Alagoa Grande, onde se consolidou o Assentamento.

De acordo com o agricultor Severino do Ramo de Souza, 47 anos, no início todos viviam muito bem de forma harmoniosa, patrão e trabalhadores, não faltava trabalho nem terra para ninguém até a morte do legítimo dono da terra o senhor Teleferes Onofre de Paiva. Após o falecimento do senhor Teleferes seus herdeiros desejaram vender a terra e assim não queriam os trabalhadores por perto os expulsando da terra, foi como todo conflito começou.

O Sr. Raminho acrescentou que no ano de 1992 começou toda articulação (reuniões) com a equipe da CPT de Guarabira para o suposto conflito que só teve início efetivamente em 1994. Neste primeiro momento existia uma média de 75 famílias envolvidas e a luta pela terra durou 3 longos anos. Nesse período houve muita violência de ambas as partes e nesses confrontos saíram 7 pessoas feridas entre elas 6 pessoas pertencentes ao movimento sem-terra e 1 jagunço, não houve mortes.

Na fazenda Gomes em Mulungu-PB agora de propriedade dos herdeiros do senhor Teleferes cujo o qual tinha uma boa relação com os trabalhadores diferentemente de seus herdeiros, que passaram a maltratar os antigos moradores com ameaças e expulsões, como a terra em questão era de herdeiro e estava em dia com suas obrigações, não houve desapropriação o reconhecimento do INCRA para a criação do Assentamento. Esse fato deixou os camponeses desanimados da luta, mas foi descoberto posteriormente uma fazenda vizinha e no município de Alagoa Grande que estava em dívida com o estado e o conflito se estendeu para a fazenda do senhor Mauricio Gama, que até então não tinha nada haver com o conflito na Fazenda Gomes.

Como senhor Mauricio Gama pelo fato de estar inadimplente com suas obrigações aconteceu em sua terra à desapropriação, para que seja instalado o P.A de Alagoa Nova em 16 de Dezembro de 1997. Essa saída deu fim ao conflito e a fazenda Gomes não foi tocada pela Reforma Agrária.

De acordo com a agricultora Selma dos Santos Pereira 46 anos, em 1997 terminou a luta pela terra e começou a luta pela sobrevivência na nova terra. Havia no início do assentamento 65 famílias cadastradas já que durante os conflitos houve desistência de 10 famílias. Com a instalação do assentamento foi necessário haver

um remanejamento de 20 famílias para outro assentamento e 45 famílias permaneceram.

Segundo o senhor Ednaldo Martins de Lima 45 anos, agricultor, 20 famílias remanejadas, foram instaladas no Assentamento Monsenhor Luiz Pescamona, também em Alagoa Grande, na mesma região do Vale do rio Mamanguape e também na proximidade de Mulungu.

Quanto a infraestrutura do Assentamento, foram construídas através do INCRA, 54 casas de alvenaria e existe hoje apenas 1 casa em construção, ainda existe no assentamento uma caixa d'água construída pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e uma casa de farinha construída pelo Projeto Cooperar do Governo do Estado.

O Sr. Raminho informou que o assentamento dispõe hoje de uma área de 412 hectares de terra, que foi dividido de forma desproporcional obedecendo aos seguintes critérios: aposentados e solteiros ficaram com 5 hectares cada; os casados e famílias grandes, ficaram com 9 hectares cada. Segundo um morador essa divisão não foi exata, a medição foi feita de forma rudimentar, através de corda sendo assim ficaram muitas pessoas prejudicadas com essa divisão.

É importante ressaltar que o assentamento estudado esta localizado em uma área de difícil acesso, e mesmo pertencendo à cidade de Alagoa Grande 90% de suas atividades é realizada na cidade de Mulungu-PB, a exemplo da feira, escola e atendimento hospitalar, que são a nosso ver os três pilares fundamentais de uma sociedade (alimentação, saúde e educação). Segundo o entrevistado, mesmo com toda dificuldade ainda é melhor o acesso para cidade de Mulungu.

Esse fato de aproximação da área ao limite territorial de Mulungu e como as famílias camponesas são primordialmente remanescente de Mulungu, existe uma maior identidade dos mesmo que o referido município, inclusive quanto ao atendimento aos serviços públicos essenciais.

O assentamento ainda dispõe de uma escola municipal denominada Maria Menina, que funciona do Pré-escolar a 4ª série, a escola esta localizada de forma precária na casa de uma moradora do assentamento, a partir da 5 série os alunos na grande maioria se deslocam para a cidade Mulungu, aonde existe a E.E.E.F.M. Major Antonio de Aquino e o Centro Educacional Epaminondas Torres de Aquino, o restante que é a minoria se deslocam para a cidade de Alagoa Grande.

Os assentados sobrevivem da Agricultura de Subsistência, toda renda do assentamento vem do Programa Bolsa Família do Governo Federal e dos Aposentados, existindo apenas uma funcionária pública assalariada.

Existe um problema a ser discutido enquanto comunidade que é a coleta de lixo que não acontece, esse assunto nem a Prefeitura de Mulungu e nem a de Alagoa Grande tentam resolver, mas temos que ressaltar que as duas prefeituras, juntaram forças em disponibilizar água encanada para toda comunidade, visto que no assentamento existe um açude de médio porte que foi construído com recursos do Governo Federal, juntando-se assim o útil ao agradável.

Em termos de atividades culturais, no início do assentamento comemorava-se o aniversário de posse, era uma grande festa que acontecia sempre no dia 16 de Dezembro, mas essa data foi perdendo importância e hoje não comemoram mais o aniversário da data de posse do assentamento. Atualmente existe apenas a festa da Padroeira da Comunidade Nossa senhora Maria Menina que acontece no mês de Junho.

Para lutar pelo desenvolvimento do Assentamento Maria Menina, os assentados criaram a Associação Maria Menina, sendo seu primeiro Presidente o Srº José de Nazaré, no decorrer do tempo houve várias denúncias envolvendo o então Presidente, forçando assim os assentados a criarem uma nova associação para lutar pelo desenvolvimento da comunidade denominada, Associação Novo Caminho, sobe a Presidência do Srº Antonio Germano, existindo assim atualmente certos conflitos dentro do assentamento, dois grupos com pensamentos diferentes.

Segundo o Sr. Naldo (Ednaldo), não existe aquela união do início do conflito, e o que está faltando para melhorar a vida e acontecer o desenvolvimento da localidade é a, união, participação, infra-estrutura e projetos que estimulem a cultura local, ainda em conversa com o Sr. Naldo em uma “roda de conversa” com alguns agricultores da comunidade, ele relatou que o solo é de má qualidade e que existe perda na produção. A assistência técnica aos agricultores é de responsabilidade do INCRA, mas depois da desapropriação e da construção das casas, pouco foi feito pelo assentamento.

Sobre a atividade pecuária é de pouca expressividade, mas alguns camponeses criam de uma a duas cabeças de gado para subsistir as famílias com leite. Existem também aqueles que criam caprinos, ovinos, porcos e aves (galinha, pato, peru e guiné).

O Assentamento dispõe hoje de apenas um telefone público, mais muitas pessoas já possuem celulares., apesar de não existir a facilidade de ligação e os camponeses informaram que para falar ao celular é preciso subir em locais mais altos do assentamento, pois não existe sinal em todos os pontos e para algumas operadoras isso se torna impossível.

Foi possível detectar o interesse dos jovens pelo estudo, pois em visita ao assentamento se detectou um micro computador que pertence ao jovem Anderson. O mesmo informou que aquele computador havia sido ganho na escola, pois o mesmo venceu um concurso de redação.

Os serviços de correspondência por cartas acontecem diretamente na Agência de Correios de Mulungu, A entrega de correspondência fica de responsabilidade das próprias pessoas, que devem se dirigir até os correios para pegar suas correspondências. Dona Selma informou que é comum o recebimento de cartas pois muitas casas tem familiares morando e trabalhando no Rio de Janeiro e em São Paulo, o que caracteriza uma rota migratória para o sudeste do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância em pesquisar essas áreas de assentamentos serve como parâmetro para conhecermos de perto os bastidores da luta pela terra da tão esperada reforma agrária.

Os relatos dos camponeses deixam claro que sem luta não se conquista o sonhado chão para morar e para trabalhar. Nesse caso, o Assentamento Maria Menina, assim como os demais assentamentos da região, formam um território bem mais amplo, pois a cultura local já reconhece os assentados como um novo território, local de pequenas produções, mas até certo ponto autônomas.

Outro ponto a destacar foi o fato de observar que apesar de as famílias assentadas serem oriundas predominantemente do município de Mulungu, este município não possui em seus registros territoriais nenhuma unidade identificada como Assentamento. Mesmo assim, os camponeses utilizam-se predominantemente das atividades e serviços públicos em Mulungu.

O trabalho propiciou entender que na Paraíba, a grande concentração de terra foi um marco evidente desde o início da colonização e que a política estatal, em suas diversas fases históricas, sempre favoreceu para que esse quadro se mantivesse (sesmarias, Lei de terras, estatuto da terra etc.), havendo sempre um favorecimento pelas oligarquias rurais em detrimento dos camponeses e suas famílias.

A pesquisa em sua versão teórica conseguiu trazer para o campo empírico a ideia de território de esperança enquanto um espaço produzido pelos camponeses, sedentos por terra e por liberdade para trabalhar. O Assentamento Maria Menina conseguiu fazer de um território que antes era sinônimo de exploração em um lugar de sobrevivência, gerado a partir da esperança de conquistar a terra, tornando-se referência para os agricultores que lutam por um pedaço de terra para trabalhar e para viver. Necessitando ainda que os produtores alocados nos assentamentos sejam homens do campo e verdadeiros defensores da reforma agrária fazendo jus aos esforços do governo que tenta através dos impostos arrecadados oferecer melhor qualidade de vida aos assentados.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária**. São Paulo: Moderna, 2004. 95p.

CPT. **Sintonia entre capital e Estado mantém a violência no campo**. *In*: Jornal da CPT. Outubro/dezembro de 2009. p. 11.

FETAG. **Documento de denúncias e reivindicações sobre a situação do trabalhador rural no Brejo, Agreste e Curimataú paraibanos**. Solânea: 1982 (mimeo).

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia Conceitos e Temas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005. pp. 166-205.

IBGE. **Censo agropecuário 2006.** disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1> acesso: 06 set. 2010.

IBGE. **Censos Agropecuários da Paraíba** 1985 e 1995/96.

INCRA/PB. **Quadro demonstrativo dos Projetos de Assentamento.** João Pessoa: INCRA, 2006.

MARIANO NETO, Belarmino. **A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social.** João Pessoa: UFPB/PPGS. <<http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/05-belarmino.html>> acesso : 13 de agosto de 2008.

MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano: Desenhos, Arranjos e Relações.** (Tese de Doutorado em Sociologia Rural). Campina Grande: UEPB/UFCG, 2006.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária: questão de terra ou de gente?** São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência.** São Paulo : Hucitec, 3a. ed. 1991.

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emilia. **Por um Pedço de Chão.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, E. R. & TARGINO, I. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** In: Revista Nera – ano 10, N. 10 – Janeiro/Junho de 2007. pp. 72-93.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo:Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura.** In Encontro Nacional de Geografia Agrária, n, 12, Águas de São Pedro. Mesas Redondas. Rio Claro: IGCE. 1995. p. 24-51.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1980.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 4^a ed., 1996.